

MINISTÉRIO DA FAZENDA

TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES SEGUNDA CÂMARA

maa.

Sessão de 24 de abril de 19 91

ACORDÃO N.º 302-32.004

Recurso n.º 113.085 - Proc. 10880/022970/89-48

GENERAL ELÉTRIC DO BRASIL S/A Recorrente

Recorrid a DRF/CAMPINAS

Falta de mercadoria. Responsabilizada General Elétric do Brasil.

Considerando que não foi cometida nenhuma infração, pois não ocorreu falta nem acréscimo de mercadoria e tão somente des crição incorreta.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao so, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente jul qado.

> das Sessões, 24 de a bril de 1991.

BESSONI DE MELO - Presidente

INALDO DE VAS SOARES - Relator

MARIA COSTA CRUZ

REIS - Procuradora da Fazenda Nacional

VISTO EM

SESSÃO DE:

2 6 SET 1991

Participaram ainda do presente julgamento os seguintes Conselheiros: Ubaldo Campello Neto, José Affonso Monteiro de Barros Menu sier, Luis Carlos Viana de Vasconcelos, Luis Sérgio Fonseca (suplente convocado), Alfredo Antonio Goulart Sade e José Sotero Telles de Menezes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MEFP - TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - SEGUNDA CÂMARA

RECURSO Nº 113.085 - ACÓRDÃO Nº 302-32.004

RECORRENTE: GENERAL ELÉTRIC DO BRASIL S/A

RECORRIDA: DRF/CAMPINAS-SP

RELATOR : INALDO DE VASCONCELOS SOARES

RELATÓRIO

Na segunda etapa de fiscalização do Despacho Aduaneiro Simplificado (DAS), foi constatando as irregularidades com relação à declaração de importação:

- a) houve falta da mercadoria de 7.970 libras tubo de aço, sem costura, especificação ASTM A 105 (três tubos);
- b) em lugar da referida mercadoria, vieram 7.970 librasbarras de aço, especificação ASTM A - 105 (três barras);
- c) que o importador concordou com o ocorrido, havendo emitido a Declaração Complementar de Importação, na qual somente recolheu a multa prevista no artigo 522, inciso IV do Decreto 91.030/85;
- d) que faltou o recolhimento do tributo da mercadoria que veio a maior; e
- e) que não foi recolhido a multa por falta da mercadoria, de que trata o art. 521 inciso II, do Decreto 91.030/85.

A autoridade de la Instância julgou parcialmente procedente a ação fiscal com base no artigo 481 e a multa artigo $521/inc\underline{i}$ so II, alínea "d".

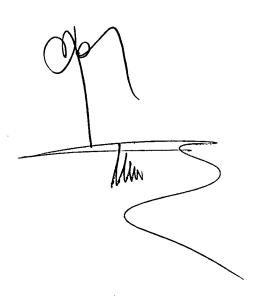
Inconformada com o feito a recorrente vem recorrer ao Terceiro Conselho de Contribuintes, fundamentada nos seguintes itens:

- que não tem qualquer cabimento a manutenção do auto, pois não foi cometida qualquer infração;
- 2) que o material que está sendo questionado pelo Sr. Au ditor Fiscal, e que está relacionado na adição 002 da DI em questão é:

"2.230 lbs - tubo de aço comum, sem costura esp. ASIM A-105, dim. 8 1/2" 132x2"; 6/2

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- 3) que o material recebido fisicamente não era tubo de aço comum, mas sim barras de aço e por consequência estaria descoberto da quia de importação;
- 4) que o AFTN esqueceu de mencionar, talvez por excesso de serviço, que na adição 002 da Declaração de Importação, existem mais 2 (dois) materiais da mesma especificação técnica, somente que com medidas diferentes;
- 5) que na verdade o que de fato ocorreu foi uma errônea tradução da fatura que o recorrente recebeu do exportador; e
- 6) que o recorrente procurou sanar as falhas apontada, através de declaração complementar de importação. É o relatório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

VOTO

Considerando que não foi cometida nenhuma infração, pois não ocorreu falta nem acréscimo de mercadoria e tão somente descrição incorreta.

Portanto, entendemos não ser aplicável o artigo 521, in ciso II, letra "d".

Voto pelo provimento do recurso. Sala das Sessões, 24 de abril de 1991.

INALDO DE VASCONCELOS SOARES

